

Processo: E-RR - 625538/2000.1 Data de Julgamento: 06/11/2008, Relator Ministro: Carlos Alberto Reis de Paula, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Divulgação: DEJT 21/11/2008.

RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO ANTES DA LEI Nº 11.496/2007, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 894 DA CLT. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA FUNCIONAL. VARA DO TRABALHO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 130 DA SBDI-2 - À luz do artigo 2º da Lei de Ação Civil Pública e da atual jurisprudência do TST, consubstanciada na OJ nº 130 da SBDI-2, o juiz do local do dano é, simultaneamente, funcional e territorialmente competente para processar e julgar a **Ação Civil Pública**, ou seja, a ação deve ser proposta perante o órgão da primeira instância do local onde ocorreu ou deva ocorrer a lesão aos interesses metaindividuais. Assim, a competência originária e hierárquica para a **Ação Civil Pública** será das Varas do Trabalho, não cabendo, por conseguinte, a interpretação de que essa Ação, no âmbito trabalhista, deverá ser julgada pelo TRT como sustenta a Reclamada.

COOPERATIVA RURAL. FRAUDE NA INTERMEDIACÃO. RELAÇÃO DE EMPREGO. MATÉRIA FÁTICA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 126 DA CASA - A incidência do artigo 442, parágrafo único da CLT, supõe tratar-se de cooperativa típica, de inexistência de fraude à legislação trabalhista e de se operar a terceirização em atividade-meio da empresa tomadora dos serviços. O Regional consignou que a atuação da cooperativa era irregular, em evidente fraude à legislação consolidada. Não se há falar em ofensa à literalidade do parágrafo único do artigo 442 da CLT e, para se decidir diversamente, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, vedado à luz da Súmula nº 126 do TST. Recurso de Embargos não conhecido.

E-ED-RR 738.714/2001.0 – SBDI-1 – Publicação no DJe em 28.11.2008

RECURSO DE EMBARGOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-MEIO COM SUBORDINAÇÃO E PESSOALIDADE. INDÚSTRIA DE MINÉRIO. CONTRATAÇÃO POR MEIO DE COOPERATIVAS. ILEGALIDADE. FRAUDE. RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. VIOLAÇÃO DO ART. 896 DA CLT NÃO VERIFICADA. A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho, decorre da tutela de direitos e interesses difusos e coletivos, *lato sensu*, que provenientes de causa comum, atingem uniformemente um número de trabalhadores. O órgão do judiciário, consciente da relevância social do tema relacionado à utilização de mão-de-obra terceirizada com o fim de atender a atividade-fim da empresa, deve recepcionar a tutela pretendida pelo Douto Ministério Público, cuja legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública está prevista tanto na Constituição Federal, art. 127 c/c 129, inciso II, quanto na LC 75/93, que lhe conferiu legitimação para a defesa desses interesses. **Constatando-se que a atividade dos empregados, por intermédio de cooperativas, seja para realização de atividade-fim, lavra de minério de ferro com escavação do**

solo e movimentação da matéria-prima, seja para atividade-meio, preparo e distribuição de refeições, e transporte dos funcionários e maquinário, se dava com pessoalidade, em fraude à relação de trabalho, sendo apenas e tão-somente determinada obrigação de fazer e não fazer, não merece reforma as decisões que prestigiaram a atuação do *parquet* no presente caso. Embargos não conhecidos.

06/05/2009

Fábrica de calçados é condenada por contratação irregular por cooperativa

Centenas de associados de duas cooperativas cearenses conseguiram, na Justiça do Trabalho, o reconhecimento de vínculo de emprego com a tomadora de serviços, a Canindé Calçados Ltda. A **Quarta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recursos das cooperativas (Cotril – Cooperativa de Trabalho Industrial de Canindé Ltda. e Concan – Cooperativa Produtora de Calçados Canindé Ltda.) e da empresa contra a condenação para que a empresa se abstivesse de utilizar mão-de-obra intermediada irregularmente e efetuassem o registro, como empregados, dos trabalhadores recrutados nas cooperativas, com o pagamento das obrigações trabalhistas.

Segundo constatou a ministra Maria de Assis Calsing, relatora do recurso no TST, a partir do que foi descrito pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), não havia trabalho cooperado, e a contratação implementada pelas cooperativas e pela Canindé tinha “nítido intuito de mascarar a relação de emprego”. A Vara do Trabalho de Baturité (CE) constatou, ao instruir o processo, que a Canindé tem uma fábrica que nada produz, e que as duas cooperativas produzem exclusivamente para a empresa.

A situação chegou ao conhecimento da Justiça do Trabalho por meio de uma ação civil pública. A Vara de Baturité pôde verificar que os cooperados receberam treinamento específico para o trabalho para a Canindé, responsável pela seleção dos empregados, pelo fornecimento de equipamentos e de matéria-prima e pela supervisão da fabricação da mercadoria. A sentença reconheceu a existência do vínculo empregatício e fixou multa pelo descumprimento das obrigações trabalhistas. Condenou, ainda, as duas cooperativas a sustar a intermediação de mão-de-obra para a Canindé.

Ao analisar o recurso ordinário das três, o TRT/CE acrescentou que a manutenção das máquinas existentes nas cooperativas, a fixação de metas de produção e mesmo a vigilância noturna dos prédios das cooperativas eram feitas pela empresa. Diante de tal quadro, entendeu que se tratava de “fraude que visa apenas a desonerar a Canindé Calçados dos encargos legais a que estão sujeitos os demais empregadores”.

No recurso ao TST, as cooperativas e a empresa apelaram com a impossibilidade jurídica do pedido

e a ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar a ação. Para a ministra Maria de Assis Calsing, relatora, os recursos não poderiam ser conhecidos por esses fundamentos – ou seja, o mérito da questão nem chegou a ser discutido -, pois não existe impedimento legal e, mais ainda, **os direitos individuais homogêneos constituem uma subespécie de interesses coletivos e podem, sim, ser defendidos por meio de ação civil pública do MPT.**

A questão mobilizou o ministro Barros Levenhagen quanto à atuação das falsas cooperativas e à função social da empresa, geradora de renda e emprego. O ministro considera que a ação civil pública é “absolutamente inadequada para a obtenção de condenação”, por ser uma ação cominatória, cuja finalidade é somente “dar uma ordem para que a empresa se abstenha de prosseguir na contratação irregular”, e não com o objetivo de condenar. No entanto, o ministro argumentou que o recurso, no caso, só poderia ser conhecido se cooperativas e empresa tivessem alegado falta de interesse processual do Ministério Público. (RR-795945/2001.3)

03/08/2009

Academia deverá regularizar professores cooperativados irregularmente

Sem ter um só professor de Educação Física contratado como empregado regular, mas somente por meio de uma cooperativa de trabalhadores, a Academia Fórmula, de Belo Horizonte (MG), terá de registrar os profissionais ou pagar multa de R\$ 3 mil por trabalhador irregular. A **Sexta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da academia e manteve decisão da Justiça do Trabalho da 3ª Região (MG), que considerou ter havido terceirização de atividade-fim.

A Best Serviços Pessoais Ltda. (cujo nome fantasia é Academia Fórmula) foi constituída em abril de 1991. Em fevereiro de 2002, assinou contrato de compra e venda de serviços terceirizados com a Sociedade Cooperativa dos Trabalhadores da Área de Assistência, Educação e Monitoramento Esportivo – Coopesport. Uma denúncia anônima recebida pelo Ministério Público do Trabalho da 3ª Região (MG) deu origem à ação civil pública impetrada pela instituição em setembro de 2004.

Segundo as informações, a academia mantinha professores de ginástica trabalhando como cooperados, com deveres de empregados, mas “sem a devida contraprestação dos direitos trabalhistas”. De acordo com o MPT, o denunciante informou, ainda, que os professores foram induzidos a se filiarem à cooperativa sediada na cidade de São Paulo, e que a academia vinha exigindo que essa cooperativa instalasse uma filial em Belo Horizonte, pois a sede de SP havia sofrido um “rombo” no ano anterior à denúncia.

A 31ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte concluiu que a farta prova documental e oral indicava que a Academia Fórmula mantinha relação de emprego com os “cooperados” que trabalham para ela, em

sua atividade-fim, de forma subordinada, pessoal, onerosa e não eventual, e que haveria “fraude na contratação dos cooperados, que são, sem sombra de dúvida, verdadeiros empregados da academia”.

Multa se descumprir obrigações

Ao julgar procedente a ação civil pública, a Vara do Trabalho determinou, então, sob pena de multa no valor de R\$ 3 mil por descumprimento de obrigações fixadas, por trabalhador irregular e a cada constatação, além de R\$ 150 mil pelos danos sociais causados por sua conduta ilícita. Entre as obrigações estabelecidas à empresa, estão as de se abster de terceirizar suas atividades-fim, incluídas as relacionadas a coordenação, orientação, ensino e monitoramento de atividades físicas e esportivas (inclusive escalada), utilizando somente empregados regularmente registrados, de acordo com as normas da CLT; abster-se de contratar mão-de-obra e de serviços não-eventuais por intermédio de cooperativa de trabalho, seja nas atividades-meio ou fim da empresa; e proceder ao registro de todos os cooperados a seu serviço, com a assinatura da carteira de trabalho desde a data do início da prestação de serviço.

A Best Serviços Pessoais recorreu ao Tribunal Regional da 3ª Região (MG), alegando que a opção de contratar mão-de-obra por meio de cooperativa não objetivava fraudar a lei. Além disso, segundo a empresa, a modalidade ofereceria vantagens aos cooperados, que não prestam serviço apenas à Academia Fórmula e sim a vários lugares, com jornadas reduzidas. O Regional manteve a sentença, após chegar a algumas conclusões sobre o caso.

A primeira conclusão é de que todos os professores estavam vinculados à Coopesport e que a totalidade das atividades de ginástica desportiva na academia era terceirizada, fato confirmado pelo depoimento da preposta. A segunda é de que a adesão à cooperativa foi imposta como a única forma para prestar serviços à tomadora. A terceira é que não se demonstrou a existência de qualquer benefício prestado pela cooperativa a seus próprios cooperados, que recebiam apenas a remuneração. O TRT/MG verificou, ainda, que o trabalho dos “cooperados” era a própria atividade-fim da academia, que os dirigia e controlava a jornada. Por outro lado, a Best Serviços não conseguiu demonstrar a alegada jornada reduzida e a prestação de serviço para outras empresas.

A academia recorreu ao TST, mas o relator do recurso de revista, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, entendeu não haver violação literal da Constituição Federal ou da CLT, que ficou consignado que houve o desvirtuamento da relação jurídica. (RR-1288/2004-110-03-00.0)

RR 152800-16.2001.5.03.0019 - 3ª Turma

Recorrente: Ministério Público do Trabalho (3ª Região)

Recorrida: Drogaria Araújo S.A.

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MOTOBOY. PRIMAZIA DA REALIDADE. TERCEIRIZAÇÃO. DESVIRTUAMENTO. RELAÇÃO DE EMPREGO. ELEMENTOS CONFIGURADORES PRESENTES. AUTO DE INFRAÇÃO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. Os fatos descritos no acórdão regional conduzem ao entendimento de que delineada hipótese de terceirização ilícita, presentes, quantos aos *-motoboys-*, formalmente cooperados da CBTA, os elementos caracterizadores da relação de emprego, em afronta aos arts. 2º e 3º da CLT. Recurso de revista conhecido e provido.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação dos arts. 2º e 3º da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar que a empresa ré se abstenha de contratar o serviço de entregas domiciliares de produtos de seu comércio mediante empresa interposta, incluindo cooperativas, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00 - após o trânsito em julgado da presente decisão -, por trabalhador irregular, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (art. 461, § 4º, do CPC). Custas de R\$ 19.660,00, pela ré, sobre o valor atualizado dado à causa (R\$ 983.000,00).

Brasília, 02 de fevereiro de 2011.

RR 98100-22.2002.5.01.0016 - Publicação: DEJT 08.04.2011

Relator: Min. João Batista Brito Pereira

EMENTA: PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A manifestação do Tribunal Regional sobre os pontos suscitados no Recurso Ordinário significa prestação jurisdicional plena, não ensejando, pois, declaração de nulidade. LEGITIMIDADE DO USO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA IMPEDIR RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS COOPERATIVAS E SEUS CLIENTES. A jurisprudência desta Corte pacificou o entendimento de que o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para propor ação civil pública para impedir relações jurídicas entre associados de cooperativas e seus clientes, em que se denuncia a fraude no propósito de intermediação de mão-de-obra. **VÍNCULO DE EMPREGO. COOPERATIVA.** o Tribunal Regional, com base no exame da prova, concluiu que houve desvirtuamento da cooperativa, que funcionava como mera intermediadora de mão de obra do Estado do Rio Grande do Sul, de modo que o exame dos elementos que desconfiguram a relação de emprego depende de nova avaliação do conjunto

fático sobre o qual se assenta o acórdão regional. Incide na espécie a Súmula 126 do TST. Recurso de Revista de que não se conhece.

RR 60541-35.2006.5.03.0016 - 6ª Turma

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL COLETIVO. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. COOPERATIVA. Caracterizada a divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e os arestos juntados, nos moldes do art. 896, -a-, da CLT. Agravo de instrumento provido.

II - RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. COOPERATIVA. A reclamada incorreu na prática de ato ilícito ao fomentar de forma generalizada a contratação irregular de trabalhadores, ao servir como mera intermediadora de mão-de-obra a inúmeras empresas, precarizando as relações de trabalho no segmento em que atuava e desvirtuando por completo sua finalidade social e o caráter de proteção que estaria inerentemente atrelado ao conceito do cooperativismo. E pela singela circunstância de a lesividade transcender o interesse dos cooperados atuais, mas alcançar, virtualmente, todos os possíveis candidatos à filiação e ao emprego no segmento econômico, fica configurado o dano moral coletivo. E também assim o é porquanto verificado que houve violação a preceitos constitucionais, bem assim a disposições encartadas na legislação trabalhista consolidada, em razão da atitude ilícita praticada pela ré de não cumprir as normas nacionais relacionadas à proteção do emprego e dos trabalhadores, tendo-se, por consequência, a violação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho. Recurso de revista conhecido e provido.

RR 19200-81.2002.5.07.0008 - Publicação: DJE 09.09.2011

Relator Min. Renato de Lacerda Paiva

Recorrente: Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Processamento de Dados e Informática Ltda. - Cooperdata

Recorrente: Empresa Jornalística O Povo S.A.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 7ª Região

EMENTA: RECURSO DE REVISTA DA EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S/A. Nos termos consubstanciados na Orientação Jurisprudencial nº 310, da SBDI-1 desta Corte, A regra contida no art. 191 do CPC é inaplicável ao processo do trabalho, em face da sua incompatibilidade com o princípio da celeridade inerente ao processo trabalhista.. Recurso de revista não conhecido.

RECURSO DE REVISTA DA COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E INFORMÁTICA LTDA. - COOPERDATA. SUSPENSÃO DO PRESENTE RECURSO DE REVISTA ATÉ O JULGAMENTO DO RECURSO DE REVISTA

INTERPOSTO NA RECLAMAÇÃO CORREICIONAL Nº 02185-2004-000-07-0. Prejudicada a pretensão, face ao julgamento proferido nos autos do processo nº AIRR - 218540-59.2004.5.07.0000, publicado no DJ de 15/02/2008, no qual se negou provimento ao apelo que visava destrancar o recurso de revista que teve o seguimento denegado pelo Tribunal Regional.

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (violação aos artigos 5º, XXXV, LV, e 93, IX, da CF/88, 832 e 897-A, da CLT). Há de se mostrar omissa a decisão, mesmo após a provocação da manifestação por intermédio de embargos declaratórios, para que reste demonstrada a negativa de prestação jurisdicional ensejadora do conhecimento do recurso de revista, nos termos do art. 535, inciso II, do CPC. Recurso de revista não conhecido.

ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - COOPERATIVA FRAUDULENTA (violação aos artigos 6º, VII, d, e 83, da Lei Complementar nº 75/93, 129, III, da CF/88, e divergência jurisprudencial). Não demonstrada violação à literalidade de preceito constitucional, dispositivo de lei federal ou a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, não há de se determinar o seguimento do recurso de revista com fundamento nas alíneas a e c do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido.

COOPERATIVA - RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO ENTRE COOPERADOS E A TOMADORA DE SERVIÇOS (violação aos artigos 3º, 4º, I, 5º, 6º, 18, § 6º, da Lei nº 5.764/71). Não demonstrada violação à literalidade de preceito constitucional ou de dispositivo de lei federal, não há de se determinar o seguimento do recurso de revista com fundamento na alínea c do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido.

IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO COM TODOS OS COOPERADOS POR MEIO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA (violação aos artigos 2º, 3º e 442 da CLT, 90, da Lei nº 5.764/71, 5º, XVII e XVIII, 174, § 2º, da CF/88). Não demonstrada violação à literalidade de preceito constitucional ou de dispositivo de lei federal, não há de se determinar o seguimento do recurso de revista com fundamento na alínea c do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido.

EMBARGOS PROTETÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA DE 1% (UM POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (violação dos artigos 5º, XXXV, 93, IX, da CF/88, 832 da CLT, 458 e 535 do CPC). Não demonstrada violação à literalidade de preceito constitucional ou de dispositivo de lei federal, não há de se determinar o seguimento do recurso de revista com fundamento na alínea c do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido.

E-ED-RR 795997-30.2001.5.07.0024 – SBDI-1 – Publicação: DEJT 13.04.2012

Relatora: Min. Rosa Maria Weber

Embargante: Ministério Público do Trabalho da 7ª Região

Embargadas: Cooperativa Industrial Itapipoca Ltda. - COITA e Outra

Embargada: Dilly Nordeste S.A.

RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.496/2007. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS. PRETENSÃO DE CARÁTER HOMOGÊNEO. FRAUDE EM INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONDIÇÃO DE COOPERADOS. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS. O Ministério Público do Trabalho ostenta legitimidade ativa *ad causam* para postular em juízo o reconhecimento do vínculo empregatício de trabalhadores contratados na condição de cooperados, ante a origem comum das pretensões individuais deduzidas, decorrência lógica da própria causa de pedir remota constitutiva dos direitos postulados na exordial - fraude na contratação, a afetar, igualmente, todos os interessados - e indutora da sua homogeneidade. A circunstância de serem experimentados de maneira singularizada pelos respectivos titulares, podendo variar no tocante à sua dimensão quantitativa, longe de descaracterizá-los, é o próprio traço distintivo dos direitos e interesses individuais homogêneos em face de outras categorias jurídicas de direitos subjetivos sujeitos à tutela coletiva, como os direitos difusos e direitos coletivos *stricto sensu*. Precedentes desta SDI-I. Recurso de embargos conhecido e provido.